



O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA COMO COLABORADOR NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO PÓS-PANDEMIA¹

Maria Eduarda Farias Feitoza²
Paula dos Santos Rêgo Cardoso³

O presente trabalho aborda as dificuldades que surgiram durante o período da pandemia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e reverberam nas salas de aula até o momento presente. Para ilustrar essas dificuldades, utilizaremos exemplos concretos das atividades conduzidas com a turma do 5º Ano, na Escola Classe ASPALHA, através da participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). Este programa está vinculado ao curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Brasília - Campus São Sebastião e à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017), crianças de até 8 anos devem estar holisticamente alfabetizadas pelo ciclo de alfabetização que ocorre entre o 1º, 2º e 3º ano. As análises apresentadas são evidenciadas pelos estudantes que passaram pelo processo de estudos em ensino remoto emergencial, que se caracteriza pelas aulas e atividades *on-line* para a parcela com acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação, enquanto os alunos que não tinham acesso às mesmas, buscavam o material impresso na escola, devido à pandemia da COVID-19. Atualmente, esses estudantes são encontrados no 5º ano com déficits de aprendizagem, que comprometem a progressão escolar, não acompanhando o currículo pedagógico para a série e faixa etária colocada.

As intervenções aplicadas durante a execução do Pibid no 1º semestre letivo de 2023 para os estudantes da Escola Classe ASPALHA, assim como as análises para o presente

¹ Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, cujo órgão de fomento é a CAPES.

² Graduanda pelo Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Brasília - DF, maria.feitoza@estudante.ifb.edu.br;

³ Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Albert Einstein - FAE e pelo Curso de Comunicação Social da Universidade Católica de Brasília - UCB. Especialista pelo Curso Gestão e Orientação Educacional na Faculdade Mauá de Brasília. Professora da SEEDF e Supervisora Pedagógica Local pelo Pibid 2022-2024. academicopsrc@gmail.com.



trabalho, foram feitas através de levantamentos bibliográficos que compõem junto aos documentos educacionais formas de adequar o plano de aula com a tentativa de sanar as dificuldades dentro de especificidades apresentadas aos estudantes, levando em consideração o papel do estado, da família e da escola para a reconstrução da aprendizagem que não foi alcançada por fatores que se sucederam devido à pandemia.

Para realização da análise, foram feitas observações através das próprias intervenções aplicadas em sala de aula, pesquisas bibliográficas nas quais os autores se referem ao decalque e dificuldades encontradas durante as aulas ministradas no período pandêmico e, após o retorno às aulas presenciais, documentos e legislações que regem a educação do Brasil e reuniões pedagógicas com a supervisora do PIBID.

Ademais, as adaptações dos planos de aula e intervenções que visavam e possibilitavam encontrar os decalques foram considerados a partir do contexto social em que os estudantes estão inseridos, e, sobretudo, pensando na possibilidade de concretização do que diz respeito à construção da relação e contribuição do Estado, família e escola para a educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB Nº 9.394/96, já prevê que “o ensino à distância é utilizado como complementação da aprendizagem em situações emergenciais”. (BRASIL, 1996). Ou seja, essa possibilidade estaria dentro dos parâmetros previstos dentro de uma emergência como uma pandemia mundial, entretanto, é necessário considerar o contexto socioeconômico e social em que os estudantes estão inseridos para que seja realizada com êxito a intencionalidade da opção do ensino à distância em situações emergenciais, sendo esse o início para o decalque educacional dos estudantes dos Anos Iniciais.

Para, além disso, os autores do artigo *Estratégias de ensino remoto durante a pandemia de COVID-19: um estudo de caso no 5º ano do Ensino Fundamental*, (ARRUDA, NASCIMENTO, 2021) ressaltam sobre a falta de acesso à internet, eletrônicos como celulares ou computadores e como a recessão financeira foram contribuintes para a dificuldade do trabalho em ensino remoto e híbrido, enfatizando que nem todas as crianças tinham o acesso e o apoio necessário para acompanharem os conteúdos.

Outro fator relevante, é a diferença do preparo entre um profissional pedagógico que atua como docente e os pais ou responsáveis (para aqueles estudantes que tinham esse acompanhamento), para o ato de ensino/aprendizagem, valorizando a importância do contato professor-aluno e a profissão docente.

Outrossim, uma pesquisa realizada pela Agência Senado (2021), ainda sobre a vigência do governo Jair Messias Bolsonaro, apresenta a tentativa dupla de vetar a PL 3.447/2020, que garante internet para fins educacionais aos alunos e professores, onde o Supremo Tribunal Federal desconsiderou o pedido de veto e deu sequência a Lei 14.172, garantindo o que a PL 3.447/2020 ofertava.

Desse modo, é possível compreender que a educação depende de ações governamentais para sua execução plena e eficaz, sendo realizado o trabalho conjunto entre Estado, família e escola.

Após considerar as outras questões que influenciaram fatidicamente no ensino-aprendizagem dos estudantes que hoje se encontram no 5º ano durante o período pandêmico, ainda com as intervenções sendo realizadas através ensino remoto emergencial, ressaltando a humanização realizada pelos professores principalmente dentro do quadro emergencial, estando disponíveis aos alunos durante o horário da aula via canais de comunicação, como por exemplo, o *Whatsapp*. Notou-se demasiadamente o rompimento do cognitivo pedagógico nas crianças dentro de lacunas, como por exemplo, as que não tiveram acesso, as que tiveram mas não acompanharam completamente, a ausência dos pais que trabalhavam, para além dos que não são alfabetizados e conseqüentemente não conseguiam oferecer o devido auxílio aos estudantes, as recessões financeiras e questões de saúde física e mental.

Por certo, compreendendo o estudante como não apenas ser que estuda, mas principalmente como ser humano que carrega consigo toda a sua bagagem histórica (FREIRE, 1989), é importante colocar como as outras questões citadas nos parágrafos acima, dependiam de uma ação governamental que funcionasse como suporte para essas famílias relacionando o espaço de ausência, analfabetismo e condições financeiras, mediando e tornando possível a tentativa de conciliar o espaço casa-escola durante períodos emergenciais como o da pandemia da COVID-19.

Além disso, sabe-se que não seria coerente culpar uma única força de responsabilidade como a família ou o corpo docente escolar, e sim, atribuir de forma concreta como configura a Lei de Diretrizes e Bases da Educação/96 - LDB no art. 4º, os planos de permanência para que o estudante não chegue aderir a evasão, o que não teve eficácia durante um período de extrema necessidade que contava com ações que dependiam daqueles que possuem o poder aquisitivo para fornecer, ainda que algumas escolas tenham fornecido o material impresso para que os responsáveis buscassem e entregassem na data combinada, se tornando outro impasse devido a falta de recursos financeiros para chegarem até a escola.

Com efeito do decalque, a escola onde a análise e intervenções foram realizadas, aplica um projeto interventivo que conta com as professoras operando o teste da psicogênese e dividindo os alunos de todas as turmas a depender do nível de hipóteses de escrita: pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético, trabalhando as necessidades específicas do agrupamento realizado com o foco na progressão dos alunos.

De todo modo, o projeto colocado e as intervenções pedagógicas operadas, não suprem em tempo as necessidades dos estudantes do 5º ano que se encontram em níveis de escrita pré-silábico e silábico alfabético, não sendo suficiente para que as crianças estejam preparadas ao que diz respeito à BNCC em relação às séries adequadas para suas idades, ou seja, para que esses alunos estejam preparados para o 6º ano. Existe a extrema necessidade que as ações governamentais de cunho pedagógico e social assumissem o papel com o dever de aplicar aos estudantes dentro de uma perspectiva de aprendizagem significativa, projetos semanais com o enfoque no desenvolvimento da alfabetização para que estes estejam aptos a cursarem as séries seguintes.

Em síntese, o que conclui-se diante do exposto, é que as leis que regem a educação brasileira, precisam sair do papel e alcançar os estudantes que ocupam o espaço das escolas públicas, não negligenciando o papel da educação e muito menos sistematizando o ensino, desconsiderando a individualidade e especificidade de cada criança.

O trabalho interventivo realizado pela pibidiana e pela coordenação pedagógica da Escola ASPALHA, não alcançam todos déficits que se desenvolverem através da pandemia, já que há uma superlotação em sala de aula, pouco investimento nos recursos ofertados para o ensino presencial, a aceleração do processo de alfabetização quando se é ignorado o contexto social e familiar no qual as crianças estão inseridas e a ausência de políticas públicas para que as crianças desenvolvam-se de forma que vivenciem a instituição escola com qualidade e eficácia.

Nesse sentido, é necessário olhar para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com uma perspectiva de persistência e trabalho articulado entre os responsáveis, que devem de forma legislada, arcar com seus deveres em função da adequação e elaboração de projetos corriqueiros voltados para a alfabetização, considerando todo o reflexo deixado pelo período pandêmico de modo não só cognitivo e pedagógico, mas, social, psicológico e financeiro. Sendo o Estado o agente principal para desenvolver ações governamentais para a comunidade escolar dentro e fora da escola, com o devido apoio social e financeiro. E para a escola, como função de ensino e socialização, envolvendo dentre as três instituições - família, Estado e escola- a humanização do trabalho docente e do processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Ensino Remoto Emergencial. Pandemia. Pibid. Docência. Déficit de Aprendizagem..

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES, por permitir a viabilização do PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência que possibilitou esse trabalho e pesquisa de cunho qualitativo, à supervisora do Pibid, Paula Cardoso que me acolheu em todos os momentos e ideias sendo uma excelente orientadora, à coordenadora do Pibid, Clara Bastos, que nos encaminha por esse percurso.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. ARAÚJO, Ana Lúcia. **Pandemia acentua déficit educacional e exige ações do poder público**, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/pandemia-acentua-deficit-educacional-e-exige-acoes-do-poder-publico> Acesso em: 29 ago. 2023.

ARRUDA, R. L.; NASCIMENTO, R. N. A. **Estratégias de ensino remoto durante a pandemia de COVID-19: um estudo de caso no 5º ano do Ensino Fundamental**. Revista Thema, Pelotas, v. 20, p. 37–54, 2021. DOI: 10.15536/thema.V20.Especial.2021.37-54.1851. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1851>. Acesso em: 28 ago. 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**, 2017. Disponível em: http://base.nacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, 9394/1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em 31 ago. 2023.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 23º ed, 1989. Disponível em: https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf Acesso em: 28 ago. 2023.